



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação

2015 – 2020



DEPARTAMENTO DE
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
E COMUNICAÇÃO

*Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação
no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Paraná*

Novembro / 2015

CÚPULA DIRETIVA

Desembargador Paulo Roberto Vasconcelos

Presidente

Desembargador Renato Braga Bettega

1º Vice-Presidente

Desembargador Fernando Wolff Bodziak

2º Vice - Presidente

Desembargador Eugênio Achille Grandinetti

Corregedor-Geral

Desembargador Robson Marques Cury

Corregedor

José Alvacir Guimarães

Diretor Geral

Maria Alice de Carvalho Panizzi

Assessoria de Planejamento

SUPERVISÃO GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – SGTIC

Desembargador Marcelo Gobbo Dalla Dea

Supervisor

EQUIPE TÉCNICA ENVOLVIDA NESTE DOCUMENTO

NELSON JOAQUIM SANTOS

Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTIC

Servidores envolvidos:

- ALUIZIO CARLOS WANDERLEY GROCHOCKI
- CARLOS GUSTAVO DE OLIVEIRA MARQUES
- FÁBIO DE ARAUJO
- FÁBIO LUIZ BRUCH
- LUIZ FERNANDO MOLETTA ALVES
- MAGNO MARIO BAYER FILHO
- MÁRCIO MORTENSEN WANDERLEY
- MARIA ESTHER AGUIRRA DE MORAES
- MARIA INÊS LEVIS COSTA
- PABLO TAVARES
- ROLF MERTENS JUNIOR
- WILSON JOSE PLATNER

Sumário

1	APRESENTAÇÃO	7
2	DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS.....	7
3	DIAGNÓSTICO	9
3.1	Organograma	9
3.2	Análise SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças)	10
4	PLANO ESTRATÉGICO TIC - PETIC.....	12
4.1	Missão.....	12
4.2	Visão de Futuro.....	12
4.3	Valores	12
4.4	Mapa Estratégico de TIC.....	13
4.4.1	Macrodesafio do Poder Judiciário para TIC.....	14
4.4.2	Macrodesafio do PJPR para TIC	14
4.4.3	Objetivos Estratégicos de TIC	15
4.4.3.1	OETIC-01. Assegurar efetividade dos serviços de TIC para o Tribunal de Justiça.....	15
4.4.3.2	OETIC-02. Aperfeiçoar a governança de TIC no Tribunal de Justiça	16
4.4.3.3	OETIC-03. Assegurar a atuação sistêmica da TIC no Tribunal de Justiça	18
4.5	Ficha dos Indicadores Estratégicos.....	19
4.5.1	IE-01 - Índice de Desempenho no Atendimento	19
4.5.2	IE-02 - Índice de disponibilidade de sistemas de informação críticos.....	20
4.5.3	IE-03 - Índice de Processos Eletrônicos Novos	22
4.5.4	IE-04 - Índice de Aderências às metas do PETIC	23
4.5.5	IE-05 - Índice de Mapeamento de Processos do Catálogo de Serviços de TIC.....	24
4.5.6	IE-06 - Índice de Conversão de Sistemas de Informação Terceirizados	25
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
	APÊNDICES.....	29
A.	Alinhamento entre PEI e PETIC.....	31
B.	Alinhamento entre PETIC-CNJ e PETIC.....	32

1 APRESENTAÇÃO

Este documento define o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) do Poder Judiciário do Paraná para o período de 2015 a 2020, resumem os objetivos estratégicos a serem alcançados, indicadores de acompanhamento e iniciativas/projetos a serem desenvolvidos para tal.

2 DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

A primeira elaboração do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) do Poder Judiciário do Paraná foi uma iniciativa do Grupo de Planejamento do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC), em 2009 com a aprovação do PETIC 2010 no Órgão Especial em 26/03/2010. Entre 2012 e 2014, este grupo de Planejamento gerou novas versões deste documento, revisando e criando objetivos estratégicos e indicadores, conforme consta no protocolo 2013.00408595, porém o material não foi submetido à aprovação do Órgão Especial.

Para a elaboração desse trabalho foi definida a metodologia *Balanced Scorecard* – BSC¹.

Os membros do grupo de planejamento do DTIC, com o seu conhecimento multidisciplinar e o claro entendimento das necessidades do Departamento, puderam realizar com muita competência diversos workshops e discussões. Foram compiladas todas as ideias, opiniões e sugestões apresentadas nas dinâmicas, e também foram considerados os itens:

- a) Resolução nº 90/CNJ, de 29 de setembro de 2009;

¹ Metodologia de medição e gestão de desempenho desenvolvida pelos professores da *Harvard Business School*, Robert Kaplan e David Norton, em 1992. Pode ser entendido também como uma técnica que visa à integração e balanceamento de todos os principais indicadores de desempenho existentes em uma instituição, estabelecendo objetivos da qualidade (indicadores) para funções e níveis relevantes. Assim, esse modelo traduz a missão e a estratégia de uma empresa em objetivos e medidas tangíveis.

- b) Resolução nº 99/CNJ, de 24 de novembro de 2009;
- c) Resolução nº 198/CNJ, de 01 de julho de 2014;
- d) A análise do “Auto Circunstanciado de Inspeção do CNJ”;
- e) A Portaria 237, de 23 de outubro de 2009;
- f) O relatório da “Auditoria Nº 001/2012” do Núcleo de Controle Interno do TJPR;
- g) Protocolo nº 147.576/2012, de 27 de julho de 2012;
- h) Plano Estratégico do Judiciário (PE CNJ 2015 – 2020);
- i) Plano Estratégico Institucional (PEI 2015 – 2020);
- j) Plano Estratégico de TIC CNJ (PETIC CNJ 2015 – 2020);
- k) Plano Estratégico de TIC TJPR (PETIC 2010 e PETIC 2012);
- l) Plano de Ação e Metas do Des. Paulo Roberto Vasconcelos (Presidente TJPR na gestão 2015 - 2017);
- m) As normas ISO (27001 – Segurança da Informação);
- n) Guias de Boas Práticas (COBIT®, ITIL®, PMBok®);
- o) Alguns projetos em andamento no DTIC;
- p) As necessidades atuais formuladas pela Cúpula Diretiva e Administrativa;
- q) As necessidades na continuação de melhorias internas no DTIC distribuídas nas áreas de gestão, infraestrutura, comunicação de dados, desenvolvimento de sistemas, atendimento e logística.

No contexto do DTIC do PJPR, houve a preocupação em manter o modelo de planejamento às perspectivas definidas no Planejamento Institucional, que são: SOCIEDADE, PROCESSOS INTERNOS, APRENDIZADO E CONHECIMENTO, e RECURSOS.

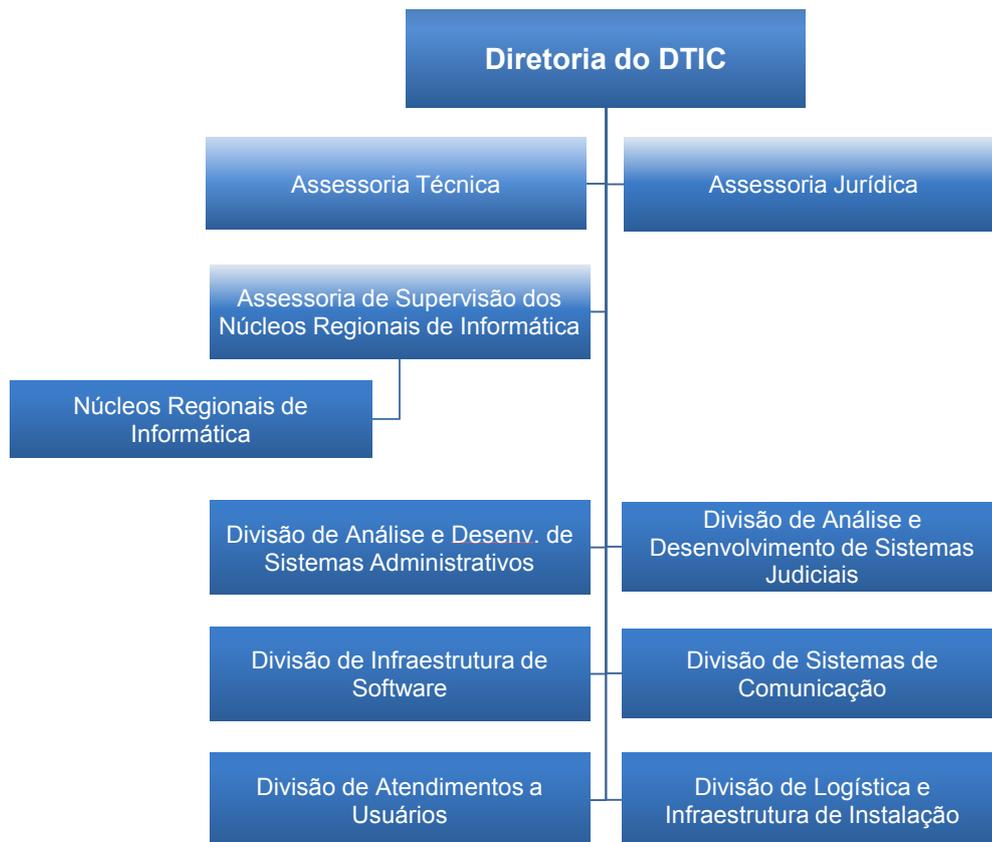
Posteriormente o documento foi apresentado ao Supervisor de TIC, na reunião ocorrida no dia 16/11/2015, com vistas à sua validação, tanto de conteúdo quanto estruturação.

Os produtos (mapa estratégico, indicadores, metas e iniciativas / projetos) validados serão apresentados a seguir nas próximas seções.

3 DIAGNÓSTICO

3.1 Organograma

À Diretoria do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação do TJPR, nos termos do Decreto 568/2010, está constantemente alinhado com as diretrizes e metas da alta administração e aos avanços tecnológicos necessários ao Poder Judiciário do Paraná. E, para tal, conta com a seguinte estrutura departamental:



3.2 Análise SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças)

AMBIENTE INTERNO

Forças
1. Comprometimento da equipe de Informática.
2. Credibilidade da área de tecnologia da informação e comunicação
3. Pró-atividade dos profissionais na busca de conhecimentos.
4. Clima organizacional favorável na área de informática.
5. Cargos de liderança e operacionais ocupados por servidores do quadro permanente
6. Melhoria contínua dos equipamentos de informática.
7. Acompanhamento constante da tecnologia utilizada no mercado.
8. Busca pela implantação de melhores práticas de gestão de serviços e Governança Corporativa de TIC;

Fraquezas
1. Falta de aprovação da Política de Segurança.
2. Falta da definição de um Plano de Continuidade de Negócios.
3. Existência de sistemas legados em produção.
4. Falta de integração entre os Sistemas desenvolvidos.
5. Baixa maturidade nos processos de Gestão (envolvendo: projetos, pessoal, serviços de TI, aquisições, comunicação, procedimentos de trabalho, mudanças, e continuidade de sistemas críticos)
6. Baixa adesão do Padrão de Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas.
7. Inexistência de Metodologia de Gerenciamento de Serviços de T.I.
8. Alta demanda de Magistrados, sem priorização.
9. Baixa comunicação interna entre as equipes.
10. Baixo grau de integração dos Projetos de Informática e Telecomunicações.
11. Baixa atuação do Escritório de Projetos do TJPR.
12. Falta de metodologias de mensuração de software.
13. Baixa participação dos colaboradores em congressos, seminários e eventos da área.

AMBIENTE EXTERNO

Oportunidades
1. Utilização de Boas Práticas de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ.
2. Alta velocidade mundial de evolução tecnológica.
3. Evolução tecnológica dos órgãos pertencentes aos governos estaduais e federais.
4. Existência de muitas faculdades de tecnologia no Paraná.
5. Crescimento da taxa de utilização da internet pela população.
6. Fácil adaptação às tecnologias utilizadas pelos clientes e usuários da Justiça.

Ameaças
1. Alta oferta de produtos de tecnologia.
2. Falta de padronização do uso de tecnologia pelos participantes da cadeia de valor do TJPR
3. Alta procura de profissionais de tecnologia pelo mercado.
4. Dificuldade de mensuração de resultados dos produtos e serviços de tecnologia.
5. Criação de Novos Fóruns e Estatização de Varas Judiciais.
6. Aumento da população do Estado do Paraná, o crescimento processual dos jurisdicionados.

4 PLANO ESTRATÉGICO TIC - PETIC

A seguir são apresentados a Missão, Visão e Valores no âmbito da Tecnologia da Informação do PJPR. Estas definições foram extraídas da versão anterior do Plano Estratégico de TI e não sofreram alterações.

4.1 Missão

A missão é a razão de ser da organização, definindo seu propósito institucional e como pretende atuar no seu dia-a-dia. A missão gera comprometimento dos colaboradores com o trabalho que é realizado.

Prover o Judiciário Paranaense de soluções tecnológicas efetivas para que cumpra a sua função institucional.

4.2 Visão de Futuro

A visão de futuro é a projeção de um cenário idealizado, possível e desejável da organização, de maneira clara, atraente e viável. Responde à pergunta: "O que queremos ser ?"

Ser reconhecido pela qualidade de seus serviços e soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação.

4.3 Valores

Os valores organizacionais podem ser definidos como princípios que guiam a vida da organização, tendo um papel tanto de atender aos seus objetivos quanto de atender às necessidades de todos aqueles a sua volta. São as crenças, a identidade do Grupo.

O DTIC adotou os mesmos valores institucionais do TJPR:

- Transparência
- Ética
- Celeridade
- Acessibilidade
- Justiça
- Inovação
- Eficiência
- Segurança

4.4 Mapa Estratégico de TIC

O Mapa estratégico é a representação gráfica que permite visualizar os diferentes itens do modelo BSC de uma organização, interligando as perspectivas (do inferior para a superior) através dos objetivos estratégicos, resultando no cumprimento da missão da instituição e na construção da sua visão de futuro. Também são explicitados os temas abordados em cada perspectiva e, os objetivos estratégicos definidos para cada tema. Porém, neste documento optou-se por simplificar e não criar um mapa gráfico exclusivo a este PETIC.

Resumidamente, seguem os passos realizados na elaboração do mapa estratégico de TIC, e uma breve explicação dos seus componentes:



- **Objetivos Estratégicos:** são declarações de ações que direcionam o caminho para se realizar a missão e alcançar a visão de futuro. *O que é crítico para alcance da estratégia?*
- **Indicadores:** valores quantificáveis, utilizados para acompanhar e melhorar os resultados e o desempenho da organização ao longo do tempo. *Como será medido?*
- **Metas:** Representa o estabelecimento de valores ideais dos indicadores ao longo do tempo. *O nível de desempenho ou a taxa de melhoria necessários?*
- **Iniciativas:** conjunto de ações necessárias ao alcance dos objetivos estratégicos. *Sugestão de Planos e Projetos a serem executados.*

De acordo com Juran [1985], gerenciar é controlar e agir corretivamente. Sem indicadores não há medição. Sem medição não há controle. Sem controle não há gerenciamento.

4.4.1 Macrodesafio do Poder Judiciário para TIC

O Macrodesafio do Poder Judiciário estabelecido pela Res. 198 do CNJ para a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), instituído para o período 2015 a 2020, é:

MELHORIA DA INFRAESTRUTURA E GOVERNANÇA DE TIC

“Uso racional dos instrumentos de Tecnologia da Informação e Comunicação, alinhado às políticas de TIC definidas pelo Conselho Nacional de Justiça. Visa garantir confiabilidade, integridade e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais da justiça, por meio do incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como a otimização de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos.” (grifos acrescentados).

4.4.2 Macrodesafio do PJPR para TIC

O macrodesafio para TIC estabelecido no Planejamento Estratégico Institucional (PEI) do Poder Judiciário do Estado do Paraná, instituído para período 2015 a 2020, é:

(PEI OE-07) APERFEIÇOAR OS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

“Atuar para o desenvolvimento e a manutenção de sistemas de informação efetivos, para a antecipação de intervenções necessárias na administração da Justiça.

Iniciativas:

- *Converter os sistemas de informação terceirizados em sistemas próprios;*
- *Melhorar o Índice de disponibilidade de sistemas de informação críticos;*
- *Melhorar o Índice de desempenho de atendimento;*
- *Aumentar o grau de satisfação dos usuários de serviços e sistemas de TIC;*
- *Estabelecer padrões de desenvolvimento de software;*
- *Aprimorar o padrão visual e funcional da interface dos sistemas de informação;*
- *Monitorar a disponibilidade dos sistemas de informação;*

- *Elaborar e executar plano de integração de sistemas de informação;*
- *Melhorar o índice de processos eletrônicos novos (CNJ);”*

4.4.3 Objetivos Estratégicos de TIC

A seguir são apresentados os Objetivos Estratégicos definidos pelo Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação para o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (2015 - 2020).

4.4.3.1 OETIC-01. Assegurar efetividade dos serviços de TIC para o Tribunal de Justiça

Suprir as necessidades de infraestrutura tecnológica e de sistemas de informação visando a melhoria da satisfação dos clientes internos e externos do Tribunal da Justiça em relação aos serviços de TIC.

INDICADORES	METAS
IE-01. Índice de desempenho no atendimento	Atingir, em 2016 o índice mínimo de 79%; em 2018 o índice mínimo de 85%; em 2020 o índice mínimo de 90%.
IE-02. Índice de disponibilidade de sistemas de informação críticos	Disponibilizar os sistemas de informação críticos em 99,5% do tempo total do período até 2020.
IE-03. Índice de processos eletrônicos novos	Atingir até 2020, 100% de casos novos eletrônicos

Iniciativas:

- Elaborar e executar o Plano de Atualização Tecnológica;
- Assegurar a infraestrutura física de TIC nas unidades judiciárias do PJPR;
- Aprimorar o monitoramento dos sistemas de informação;
- Central de atendimento capacitada e constantemente dimensionada;
- Realizar questionários de avaliações nos atendimentos realizados pela Central do DTIC;

- Melhorar a atuação no público interno e externo ao DTIC: como práticas de instalação de software, divulgações de atividades, facilitadores, etc.
- Aprimorar o Plano de Anual de Capacitação;
- Disponibilizar livros e periódicos especializados para o DTIC;
- Promover workshops, minicursos, e palestras com tutores internos ao DTIC;

4.4.3.2 OETIC-02. Aperfeiçoar a governança de TIC no Tribunal de Justiça

Aperfeiçoar e consolidar conjuntos de estruturas organizacionais e de processos que envolvam a alta direção, as gerências de TIC e as gerências de negócio nas tomadas de decisão sobre o uso de TI, para garantir o alinhamento entre as estratégicas do Tribunal de Justiça e as operações das áreas de TIC e de Negócio.

INDICADORES	METAS
IE-04. Índice de aderências às metas do PETIC	Atingir, em 2016 o índice mínimo de 30%; em 2018 o índice mínimo de 55%; em 2020 o índice de 100%.
IE-05. Índice de Mapeamento de Processos do Catálogo de Serviços de TIC	Atingir, em 2016 o índice mínimo de 30%; em 2018 o índice mínimo de 60%; em 2020 o índice de 100%.

Iniciativas:

- Promover a implantação da equipe de governança de TIC, e rotinas de acompanhamento de projetos no DTIC;
- Acompanhar e publicar periodicamente o desempenho dos projetos de TIC;
- Promover a aprovação da política de segurança de informação;
- Incentivar a aquisição de softwares e hardware para as áreas de segurança de TIC;
- Revisar o Catálogo de Serviços de TIC, e acrescentar Acordo de nível de serviço (ANS);
- Apoiar a definição da ferramenta de Modelagem de Processos;

- Promover o mapeamento de procedimentos operacionais padrão (POP) no DTIC;
- Aprimorar o processo de orçamentação entre as unidades do DTIC;

4.4.3.3 OETIC-03. Assegurar a atuação sistêmica da TIC no Tribunal de Justiça

Assegurar que os sistemas de TI do Tribunal de Justiça atuem de forma integrada e colaborativa, por meio da uniformização de procedimentos e metodologias, de modo a reduzir a heterogeneidade, permitindo a interoperabilidade, o melhor compartilhamento do conhecimento e a melhoria na execução das rotinas de trabalho, gerando economicidade e aumento de eficiência operacional.

INDICADORES	METAS
IE-06. Índice de conversão de sistemas de informação terceirizados	Atingir até 2020, a conversão total dos sistemas terceirizados

Iniciativas:

- Promover a padronização no desenvolvimento e manutenção de sistemas;
- Converter os Sistemas de Informação que atualmente possuem contratos de manutenção (Folha de Pagamento, Judwin, Siscom);

4.5 Ficha dos Indicadores Estratégicos

4.5.1 IE-01 - Índice de Desempenho no Atendimento

IE-01 - Índice de Desempenho no Atendimento							
Objetivo Estratégico Institucional:	07 – Aperfeiçoar os sistemas de tecnologia da informação e comunicação						
Tipo de Indicador:	Eficiência						
O que mede:	Percentual de chamados de informática atendidos em até 04 horas						
Quem mede:	Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC)						
Quando medir:	Mensalmente						
Onde medir:	Divisão de Atendimento a Usuários						
Por que medir:	Acompanhar a agilidade do atendimento prestado pelo DTIC aos usuários internos e Externos.						
Como medir:	número de chamados abertos atendidos até 4 horas / número total de chamados abertos no mês						
Situação atual:	79,57%						
Meta Geral:	Atender 90% dos chamados em até 4 horas.						
	Linha Base (LB*)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Previsto	----	77%	79%	81%	85%	88%	90%
Realizado	79,57%						

(*) Valor Linha Base (LB) representa uma medição única no momento da elaboração deste documento.

Observações:

1. Cabe esclarecer que o número de chamados abertos atendidos em até 4 horas representa a quantidade de incidentes de 1º nível resolvidos.
2. Considerar apenas os chamados principais cadastrados no SAU, ou chamados PAI, e não os subchamados;
3. Considerar para contagem de tempo as horas úteis de trabalho conforme expediente do TJ. Desde o momento do registro de atendimento no sistema OCOMON/SAU até seu encerramento com a respectiva comunicação ao solicitante;
4. Este indicador deverá ser medido no primeiro dia útil do mês subsequente ao período avaliado;
5. Para cálculo do Índice Anual deve ser considerada a média aritmética dos índices mensais.

4.5.2 IE-02 - Índice de disponibilidade de sistemas de informação críticos

IE-02– Índice de disponibilidade de sistemas de informação críticos							
Objetivo Estratégico Institucional:	07 – Aperfeiçoar os sistemas de tecnologia da informação e comunicação						
Tipo de Indicador:	Eficácia						
O que mede:	Percentual de tempo em que os sistemas de informação críticos estão disponibilizados						
Quem mede:	Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC						
Quando medir:	Trimestralmente						
Onde medir:	Divisão de Sistemas de Comunicação						
Por que medir:	Monitorar a disponibilidade dos sistemas críticos (Judwin, PROJUDI, Diário da Justiça, DOMUS, e-Mandado, FUNDOS, Mensageiro, ORÁCULO e SNU)						
Como medir:	(tempo total de disponibilidade de sistemas críticos) / (tempo total do período X número de sistemas críticos)						
Situação atual:	99,94%						
Meta Geral:	Disponibilizar os sistemas de informação críticos em 99,5% do tempo total do período até 2020						
	Linha Base (LB*)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Previsto	----	97%	97,5%	98%	98,5%	99%	99,5%
Realizado	99,94%						

(*) Valor Linha Base (LB) representa uma medição única no momento da elaboração deste documento.

Observações:

1. Cabe esclarecer que o percentual de disponibilidade dos sistemas críticos está vinculado ao contínuo investimento em infraestrutura de TI, entretanto, os procedimentos em andamento requerem especial atenção:
 - 1.1. Construção do segundo Datacenter, que foi requerido em 2013 e sem conclusão até o momento;
2. Apesar do relatório atual apontar uma média de 99,94%, ainda temos vários problemas onde os percentuais constantemente sofrem alterações, sendo assim a indicação para os anos de 2015 a 2020, foi definida a partir de métricas conservadoras de anos anteriores.
3. Abaixo o relatório de disponibilidade de sistemas críticos e a respectiva média de disponibilidade realizada em 11/05/2015 com base nos últimos 30 dias:

Relatório de Disponibilidade				
Data inicial	Data final			
11/04/2015 00:00	11/05/2015 13:45			
Serviço	Tempo OK	% OK	Tempo COM PROBLEMA	% COM PROBLEMA
JUDWIN (NEMESIS)	30 dias, 13 horas, 36 minutos	99,9807	8 minutos	0,0193
PROJUDI	30 dias, 13 horas, 44 minutos	99,9977	1 minuto	0,0023
DIÁRIO DA JUSTIÇA	30 dias, 13 horas, 45 minutos	100		0
DOMUS	30 dias, 13 horas, 45 minutos	100		0
E-MANDADO	30 dias, 13 horas, 45 minutos	100		0
FUNDOS	30 dias, 13 horas, 35 minutos	99,9773	10 minutos	0,0227
MENSAGEIRO	30 dias, 10 horas, 18 minutos	99,5298	3 horas, 27 minutos	0,4702
ORÁCULO	30 dias, 13 horas, 44 minutos	99,9977	1 minuto	0,0023
SNU	30 dias, 13 horas, 44 minutos	99,9978		0,0022
	Média	99,9423		0,0577

Observação:

1. Considerar a inclusão do Pje na lista de sistemas críticos a partir da implantação deste sistema.

4.5.3 IE-03 - Índice de Processos Eletrônicos Novos

IE-03 - Índice de Processos Eletrônicos Novos							
Objetivo Estratégico Institucional:	07 – Aperfeiçoar os sistemas de tecnologia da informação e comunicação						
Tipo de Indicador:	Eficiência						
O que mede:	Grau de virtualização de processos novos						
Quem mede:	Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC)						
Quando medir:	Semestralmente						
Onde medir:	Divisão de Análise e Desenvolvimento de Sistemas Judiciais						
Por que medir:	Para acompanhar a quantidade de processos novos virtualizados						
Como medir:	(casos novos eletrônicos / total de casos novos)						
Situação atual:	92%						
Meta Geral:	Alcançar o índice de 100% de casos novos eletrônicos até 2020						
	Linha Base (LB*)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Previsto	----	90%	92%	94%	96%	98%	100%
Realizado	92%						

(*) Valor Linha Base (LB) representa uma medição única no momento da elaboração deste documento.

Observação:

1. Situações que geram novos processos físicos:
 - 1.1. 2º Grau Originário (Dependência do desenvolvimento e implantação do Pje)
 - 1.2. Cartas Precatórias do SICCC – Varas Criminais (Dependência de digitalização)

4.5.4 IE-04 - Índice de Aderências às metas do PETIC

IE-04 - Índice de Aderências às metas do PETIC							
Objetivo Estratégico Institucional:	07 – Aperfeiçoar os sistemas de tecnologia da informação e comunicação						
Tipo de Indicador:	Eficiência						
O que mede:	Grau de cumprimento das metas programadas no Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação - PETIC						
Quem mede:	Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC)						
Quando medir:	Anualmente						
Onde medir:	Assessoria Técnica						
Por que medir:	Para avaliar a quantidade de metas cumpridas em consonância com o que foi planejado no PETIC						
Como medir:	(metas alcançadas / total de metas planejadas no PETIC)						
Situação atual:	Não quantificada (N.Q.)						
Meta Geral:	Cumprir até 15% das metas planejadas no PETIC para o ano de 2015						
	Linha Base (LB*)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Previsto	----	15%	30%	40%	55%	75%	100%
Realizado	N. Q.						

(*) Valor Linha Base (LB) representa uma medição única no momento da elaboração deste documento.

Observação:

1. Cabe esclarecer que os percentuais indicados entre 2015 e 2020 são meramente estimativos, e em conformidade com o Planejamento Estratégico Institucional 2015-2020. Podem ser revisados durante as reuniões de acompanhamento estratégico.

4.5.5 IE-05 - Índice de Mapeamento de Processos do Catálogo de Serviços de TIC

IE-05 - Índice de Mapeamento de Processos do Catálogo de Serviços de TIC							
Objetivo Estratégico Institucional:	07 – Aperfeiçoar os sistemas de tecnologia da informação e comunicação						
Tipo de Indicador:	Eficiência						
O que mede	Percentual de Progresso na Área de Governança de TIC nas dimensões liderança, estratégia e planos, informações, pessoas e processos						
Quem mede:	Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC)						
Quando medir:	Semestralmente						
Onde medir:	Todas as divisões e assessorias do DTIC;						
Por que medir:	Para acompanhar o percentual de progresso das atividades relacionadas a governança de TIC						
Como medir:	(Número de processos mapeados / total de processos planejados)						
Situação atual:	Não Quantificada (N.Q.)						
Meta Geral:	Alcançar o índice de 100% até 2020						
	Linha Base (LB*)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Previsto	----	10%	30%	45%	60%	80%	100%
Realizado	N. Q.						

(*) Valor Linha Base (LB) representa uma medição única no momento da elaboração deste documento.

Observação:

1. No Catálogo de Serviços do TIC, a premissa é que cada serviço corresponde no mínimo de um processo a ser mapeado.

4.5.6 IE-06 - Índice de Conversão de Sistemas de Informação Terceirizados

IE-06 - Índice de Conversão de Sistemas de Informação Terceirizados							
Objetivo Estratégico Institucional:	07 – Aperfeiçoar os sistemas de tecnologia da informação e comunicação						
Tipo de Indicador:	Efetividade						
O que mede:	Percentual dos sistemas de informação terceirizados convertidos/substituídos por sistemas de informação próprios do TJPR						
Quem mede:	Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC)						
Quando medir:	Semestralmente						
Onde medir:	Divisão de Análise e Desenvolvimento de Sistemas Administrativos						
Por que medir:	Acompanhar os desenvolvimentos de soluções próprias e projetar o término do contrato com terceiros						
Como medir:	número de sistemas convertidos-substituídos / número de sistemas de informação monitorados						
Situação atual:	29%						
Meta Geral:	Converter/Substituir todos os sistemas de informação terceirizados por soluções próprias ou de outros Órgãos Públicos que não tragam ônus ao TJPR e atendam as demandas internas						
	Linha Base (LB*)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Previsto	----	50%	71%	93%	93%	93%	100%
Realizado	29%						

(*) Valor Linha Base (LB) representa uma medição única no momento da elaboração deste documento.

Observação:

1. Seguem abaixo os sistemas terceirizados convertidos/substituídos e em processo de conversão/substituição definidos ao longo do período 2015-2020:

SISTEMAS	mai/2015	2015	2016	2017	2018	2019	2020
a) CRIMINAL – Controle penal	1	1	1	1	1	1	1
b) CRIMINAL-2 – Corregedoria dos presídios	1	1	1	1	1	1	1
c) JUDWIN	0	0	0	0	0	0	1
d) TURMA RECURSAL (papel)	0	0	1	1	1	1	1
e) SABIA – Sistema bibliotecário	0	1	1	1	1	1	1
f) FOLHA DE PAGAMENTO	0	0	0	1	1	1	1
g) SGRH – Sistema de recursos humanos	0	0	1	1	1	1	1
h) SISCO – Sistema de controle de comarcas	0	0	0	1	1	1	1
i) SISCO – Sistema de controle de compras	0	1	1	1	1	1	1

j) SGF – Sistema de controle de diárias	1	1	1	1	1	1	1
k) CONPAT – Sistema de controle de bens permanentes	1	1	1	1	1	1	1
l) PROT – Sistema de controle de protocolos	0	0	1	1	1	1	1
m) PROTCV – Sistema de controle de protocolos cíveis	0	0	0	1	1	1	1
n) MED – Sistema de controle médico e social	0	1	1	1	1	1	1
14	4	7	10	13	13	13	14
	29%	50%	71%	93%	93%	93%	100%

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que a estratégia seja bem sucedida, são necessárias as típicas reuniões dos gestores e equipes para tratar de assuntos (humanos, materiais, financeiros, tecnológicos, informacionais e de gestão). As perguntas chaves são constantes:

- Como está nosso “painel de bordo”?
- Qual o desempenho dos indicadores estratégicos?
- Como estão indo os projetos e iniciativas estratégicas?

Deve-se verificar a análise constante do realizado versus o que havia sido planejado. A ênfase precisa estar no controle da estratégia, adaptando-a às mudanças de ambiente e tornando-a um processo contínuo.

Para que este Plano Estratégico seja dinâmico e represente efetivamente um caminho para o cenário futuro desejado, sugere-se a seguir um modelo para gerenciar o Plano Estratégico baseado no ciclo PDCA².

Outro fator de sucesso a ser perseguido é a execução das reuniões de avaliações estratégicas (RAEs) de TIC. Essas reuniões promovem discussões sobre macro cenários e como eles afetam a estratégia de TI, muitas vezes resultando na reformulação deste planejamento.

Cada reunião deve representar um avanço no aprendizado estratégico, e o detalhamento do como implementar as iniciativas estratégicas a curto prazo são descritas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), num período de tempo menor a este planejamento.

² Criado em 1930 por Walter Shewhart, o ciclo PDCA (Plan, Do, Check, Action) é uma ferramenta de gestão que visa controlar e melhorar os processos e produtos de uma forma contínua. Ao longo dos anos 50, foi amplamente difundido no Japão por William Edwards Deming. Também conhecido como ciclo de Deming ou ciclo de Shewhart

APÊNDICES

A. Alinhamento entre PEI e PETIC

PE Institucional (2015/2020)		PETIC-PJPR (2015/2020)
01 – Aprimorar a comunicação institucional		OE-01. Assegurar efetividade dos serviços de TIC para o Tribunal de Justiça
02 – Incrementar a acessibilidade e estimular as formas alternativas de resolução de conflitos		OE-01. Assegurar efetividade dos serviços de TIC para o Tribunal de Justiça
03 – Fomentar práticas de sustentabilidade social e ambiental		Não relacionada
04 – Implantar metodologia de gestão por processos de trabalho		OE-02. Aperfeiçoar a governança de TIC no Tribunal de Justiça
05 – Fortalecer a celeridade e a efetividade na atividade jurisdicional		OE-03. Assegurar a atuação sistêmica da TIC no Tribunal de Justiça
06 – Promover o alinhamento estratégico entre as unidades administrativas e judiciárias		OE-02. Aperfeiçoar a governança de TIC no Tribunal de Justiça
07 – Aperfeiçoar os sistemas de tecnologia da informação e comunicação		OE-01. Assegurar efetividade dos serviços de TIC para o Tribunal de Justiça
		OE-02. Aperfeiçoar a governança de TIC no Tribunal de Justiça
		OE-03. Assegurar a atuação sistêmica da TIC no Tribunal de Justiça
08 - Desenvolver continuamente conhecimentos, habilidades e atitudes das pessoas		OE-02. Aperfeiçoar a governança de TIC no Tribunal de Justiça
09 – Implantar Gestão por Competências		OE-02. Aperfeiçoar a governança de TIC no Tribunal de Justiça
10 – Fomentar ações para melhoria da saúde e valorização de magistrados e servidores		Não relacionada
11 – Proporcionar estrutura adequada às atividades judiciárias e administrativas		OE-01. Assegurar efetividade dos serviços de TIC para o Tribunal de Justiça
12 – Aperfeiçoar a gestão de receitas e despesas		OE-03. Assegurar a atuação sistêmica da TIC no Tribunal de Justiça
13 – Priorizar recursos para a execução da estratégia		Não relacionada

B. Alinhamento entre PETIC-CNJ e PETIC

PETIC Nacional - CNJ		PETIC-PJPR (2015/2020)
1 - Primar pela satisfação do cliente de TIC		OE-01. Assegurar efetividade dos serviços de TIC para o Tribunal de Justiça
2 - Facilitar o acesso à Justiça, promovendo a capilaridade dos sistemas e serviços		OE-01. Assegurar efetividade dos serviços de TIC para o Tribunal de Justiça
3 - Promover a cidadania, permitindo que os sistemas e serviços estejam disponíveis a todos os cidadãos		OE-01. Assegurar efetividade dos serviços de TIC para o Tribunal de Justiça
4 - Promover a interação e a troca de experiências de TIC entre tribunais		OE-01. Assegurar efetividade dos serviços de TIC para o Tribunal de Justiça
5 - Aprimorar a comunicação com públicos externos e internos		OE-01. Assegurar efetividade dos serviços de TIC para o Tribunal de Justiça
6 - Melhorar a imagem de TIC do Judiciário		OE-02. Aperfeiçoar a governança de TIC no Tribunal de Justiça
7 - Desenvolver competências gerenciais		OE-02. Aperfeiçoar a governança de TIC no Tribunal de Justiça
8 - Garantir a infraestrutura de TIC apropriada às atividades judiciais e administrativas		OE-01. Assegurar efetividade dos serviços de TIC para o Tribunal de Justiça
9 - Promover a segurança da informação		OE-02. Aperfeiçoar a governança de TIC no Tribunal de Justiça
10 - Garantir a disponibilidade de sistemas de TIC essenciais ao Judiciário		OE-03. Assegurar a atuação sistêmica da TIC no Tribunal de Justiça
11 - Desenvolver sistemas de TIC interoperáveis e portáteis		OE-03. Assegurar a atuação sistêmica da TIC no Tribunal de Justiça
12 - Prover documentação de sistemas		OE-03. Assegurar a atuação sistêmica da TIC no Tribunal de Justiça
13 - Garantir a gestão e execução dos recursos orçamentários de TIC		OE-02. Aperfeiçoar a governança de TIC no Tribunal de Justiça



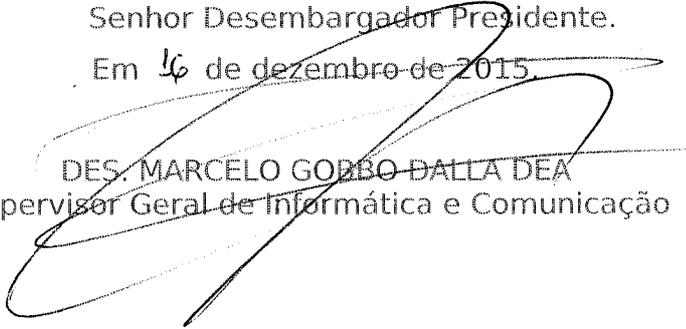
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SEI Nº 0071984-46.2015.8.16.6000

À elevada apreciação do Excelentíssimo
Senhor Desembargador Presidente.

Em 16 de dezembro de 2015.


DES. MARCELO GOBBO DALLA DEA
Supervisor Geral de Informática e Comunicação

I – Trata o presente expediente do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação para o exercício 2015-2020, conforme o disposto nas Resoluções nº 90/2009, 99/2009 e 198/2014, todas do Conselho Nacional de Justiça.

II – Tendo em vista o contido no presente expediente, notadamente o Plano elaborado pelo Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC (doc. 0586485) e no despacho do Supervisor Geral de Informática e Comunicação (doc. 0590054), APROVO o presente Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação para o exercício 2015-2020, encontrando-se em conformidade com os trabalhos desenvolvidos e sintetizando os objetivos estratégicos a serem alcançados.

III – Ao DTIC para as providências que se fizerem necessárias.

Em 16 de dezembro de 2015.



PAULO ROBERTO VASCONCELOS
Desembargador
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná